



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Nacional de Política Fazendária

CERTIFICADO DE REGISTRO E DEPÓSITO - SE/CONFAZ Nº 178/2023

O **Diretor da Secretaria-Executiva do CONFAZ**, no uso de suas atribuições previstas no art. 5º, incisos I, II, e XIV do Regimento do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS nº 133, de 12 de dezembro de 1997; bem como nos incisos II e XXIV do art. 4º e inciso XI do art. 8º da Portaria nº 133, de 30 de março de 2020, que aprovou o regimento interno da Secretaria-Executiva do CONFAZ - SE/CONFAZ, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, e nos termos do § 3º da cláusula segunda e do § 3º da cláusula sétima do Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, torna público e **CERTIFICA** o seguinte:

que o **ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL** representado pelo então Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Adler Ralho, efetuou o depósito nesta SE/CONFAZ, nos termos do § 2º da cláusula sétima e do parágrafo único da cláusula décima segunda do Convênio ICMS nº 190/17, de **PLANILHAS ELETRÔNICAS** contendo **RELAÇÕES DE ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS EDITADOS NOS MESES DE MAIO/2022, JUNHO/2022 e JULHO/2022** que **ALTERARAM, REVOGARAM OU ESTENDERAM** benefícios fiscais **VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017**, bem como efetuou o depósito da **CORRESPONDENTE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA**, cujos atos normativos foram objeto de registros e depósitos anteriores na SE/CONFAZ;

que a referida unidade federada efetuou também o depósito, na forma do § 2º da cláusula sétima e da cláusula décima terceira do Convênio ICMS nº 190/17, de **PLANILHA ELETRÔNICA** contendo **INFORMAÇÃO** de **ATO NORMATIVO EDITADO NO MÊS DE MAIO/2022** de **ALTERAÇÃO da ADESÃO** a benefício fiscal concedido pelo **ESTADO DE GOIÁS**, cuja adesão foi realizada por meio do **Decreto nº 15.368**, de 13 de fevereiro de 2020, registrada e depositada pelo Certificado de Registro e Depósito nº 31, de 12 de fevereiro de 2021, bem como da **DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO ATO alterador**, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, no dia 10 de maio de 2022, por meio do **Decreto nº 15.926**, de 9 de maio de 2022.

Na hipótese do Estado do Mato Grosso do Sul não vier a reinstituir os benefícios fiscais objeto de extensão deste certificado, os atos relativos aos benefícios fiscais estendidos devem ser revogados.

Na hipótese do Estado de Goiás, que concederam originalmente o benefício fiscal, não vier a reinstituí-lo, o Estado do Mato Grosso do Sul deverá revogar os atos relativos aos benefícios fiscais objeto desta adesão.

O depósito foi efetuado **no dia 31 de agosto de 2022, com correção de planilha enviada no dia 19 de maio de 2023**, via internet, com uso de serviço de armazenamento e sincronização de arquivos em nuvens, acompanhado do Ofício n. 1480/SAT/GAB/SEFAZ/2022, na forma da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/17 e do Despacho nº 96, de 25 de julho de 2018.

O Estado do Mato Grosso do Sul **declarou no dia 28 de julho de 2023**, que a documentação incluída pela SE/CONFAZ no processo específico no Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 12004.100450/2023-45, possui o mesmo teor da documentação depositada nesta Secretaria-Executiva, via internet, com uso de serviço de armazenamento e sincronização de arquivos em nuvens, acompanhado do Ofício n. 1480/SAT/GAB/SEFAZ/2022 e que tanto a ADESÃO e quanto a ALTERAÇÃO da ADESÃO obedecem ao disposto no § 8º c/c § 2º, ambos do art. 3º da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, estando nos mesmos termos dos atos do Estado de Goiás, aos quais se realizaram estas adesões.

O depósito efetuado foi registrado sob nº 178/2023.

Brasília/DF, 2 de agosto de 2023.

Documento assinado eletronicamente
CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Conselho Nacional de Política Fazendária



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Presidente(a)**, em 02/08/2023, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36084572** e o código CRC **06A671C5**.

Referência: Processo nº 12004.100450/2023-45.

SEI nº 36084572